

O PORTO DE PONTA DELGADA
E O COMÉRCIO MICAELENSE
ENTRE 1821 E 1825 *

por
FÁTIMA SEQUEIRA DIAS **

1. - A CIDADE DE PONTA DELGADA

Os Acores possuíam, em 1820, uma população de 185 230 habitantes¹. Este facto, ligado, sem dúvida, à má distribuição da terra, à grande quantidade de terras incultas e ao arcaísmo das técnicas agrícolas, contribuiu para que, desde os alvares do povoamento do arquipélago, a

* Este estudo é resultado de um trabalho de investigação baseado nos livros de alfândega de Ponta Delgada: *B.P.A.D.P. Fundo Ernesto do Canto*, Livros de entradas e de saídas de navios, n.ºs 54 e 55 (1821), 56 e 57 (1822), 58 e 59 (1823), 60 e 61 (1824), 60 e 61 (1825).

** Departamento de História—Universidade dos Açores.

¹ Marino Miguel FRANZINI, «Notícias estatísticas sobre a extensão e população do Reino de Portugal e Ilhas do Oceano Atlântico», in *Almanack Português*, Lisboa, 1826, cit. por Joel SERRÃO, *Demografia portuguesa*, Livros Horizonte, 1973, p. 116.

emigração fosse elevada². A ilha de S. Miguel com uma superfície de 746 Km², possuía quase um terço da população açoriana, conhecendo uma densidade de 92,5 habitantes por Km²³.

Em 1821, Ponta Delgada e arredores (designamos por arredores toda a área que abrange, grosso modo, o actual concelho de Ponta Delgada) tinha uma população calculada em cerca de trinta mil habitantes⁴. As suas freguesias urbanas — São Sebastião da Matriz, São Pedro e São José — detinham 4 517, 2 642 e 5 129 almas, respectivamente, segundo dados relativos ao ano de 1820⁵.

Fazendo fé nas informações disponíveis, a população cidadina conhecera um aumento na ordem de 21 % entre 1813 e 1820⁶. Este aumento pode ter resultado, por um lado, da manutenção de uma alta taxa de natalidade entre os seus habitantes, ou, por outro lado, da fixação de imigrantes. Esta segunda suposição revelando-se verdadeira, mais não seria do que uma manifestação da prosperidade económica da cidade micalense. O crescimento da popula-

² Cf. Artur Teodoro de MATOS, « Achegas para a História económica e social da ilha de São Miguel no ano de 1813 », in *Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores (Série Ciências Humanas)*, Ponta Delgada,, Janeiro 1979, pp. 163-179; Francisco Borges da SILVA, « A população de S. Miguel durante o século XIX », in *Revista Micaelense*, 1921, ano IV, n.º 3, pp. 1252 ss. e João Soares Albergaria e SOUSA, *Corografia Açórica*, Lisboa, Impressão de João Nunes Esteves, 1822, p. 17.

³ A partir dos dados apresentados por Marino Miguel FRANZINI, « Notícias », op. cit., p. 115.

⁴ « A população da ilha de S. Miguel », op. cit., p. 1261 e, consulte-se as fontes documentais apresentadas por Artur Teodoro de MATOS, « Achegas ... », op. cit., p. 163.

⁵ « A população ... », op. cit., p. 1267.

⁶ *Ibidem*, p. 1263 e, do mesmo autor, consulte-se: « Notas e estatísticas da Ilha de S. Miguel nos princípios do século XIX », in *Revista Micaelense*, ano de 1920, ano III, n.º 1, p. 603.

ção micaelense integrava-se, assim, na expansão demográfica, sem precedentes, que a Europa Ocidental conheceu a partir de meados do século XVIII. As poucas famílias estrangeiras residentes em Ponta Delgada, partilhavam, por vezes, a actividade consular com a mercantil, como por exemplo as de Guilherme Harding Read e Thomas Hickling, mas as outras, tais como as de Guilherme Brander, Ivens e filhos, Wilson, Georges Nesbitt, estiveram apenas interessadas no comércio da laranja⁷, deixando a ilha quando este comércio entrou em declínio. O número dos seus elementos não foi suficiente para alterar a estrutura da população micaelense.

Ponta Delgada era, todavia, uma cidade pequena e de carácter acentuadamente rural quando comparada a Londres, a grande metrópole mercantil e portuária do tempo. Devemos, contudo, lembrarmo-nos que, na primeira metade do século XIX, apenas vinte e três cidades europeias tinham uma população calculada em mais de cem mil habitantes e que Liverpool e Bristol, grandes portos ingleses, possuíam uma população compreendida entre os cinquenta e os cem mil habitantes⁸.

Assim, tomando por base os dados acima citados Ponta Delgada com os seus cerca de treze mil habitantes, podia comparar-se às cidades europeias, de média dimensão, superiores aos dez mil habitantes, do tempo.

A explosão do urbanismo e a multiplicação dos aglomerados com mais de cem mil habitantes foi um fenómeno da segunda metade do século XIX, por isso, no dealbar da segunda década deste mesmo século, Ponta Delgada continuava a assemelhar-se a tantas outras cidades portuá-

⁷ Cf. *Jornal Persuasão* de 21 de Junho de 1899.

⁸ André ARMENGAUD, « La población europea de 1700 a 1914 », in *História económica de Europa* (3), dir. C. CIPOLLA, Barcelona, Ariel Editora, 1983, p. 33.

rias da Europa atlântica. Acrescente-se ainda que mais de 2/5 da população micaelense vivia na cidade e seu termo. O que nos interessaria era averiguar por que motivo Ponta Delgada pertenceu ao grupo de cidades que se conservaram de pequena dimensão, mesmo quando as suas congéneres europeias cresceram e prosperaram ao longo do século.

Os diários de viagem de estrangeiros e nacionais que visitaram esta ilha ao longo do século XIX, embora tenham destacado a prosperidade económica do seu porto acentuaram o aspecto marcadamente provinciano da cidade — falta de água canalizada, inexistência de rede de esgotos, falta de água nos meses de Verão, ruas estreitas e sujas onde, lado a lado, circulavam animais e transeuntes, falta de iluminação nocturna, e aspecto prisional das grandes construções⁹.

As cidades europeias, pela sua própria localização, situavam-se em zonas de continuidade territorial, podendo, portanto, « abastecerem-se » em mão de obra nas regiões circunvizinhas, sempre que dela necessitassem. Além disso, concentração urbana e concentração industrial passaram a constituir uma mesma realidade a partir de meados de oitocentos. A peculiaridade da cidade micaelense, no entanto, residiu no facto de a sua expansão inicial se ter devido, por um lado, à intensificação do seu comércio marítimo uma vez que as indústrias, no sentido moderno do termo, eram inexistentes, e, por outro lado, ao seu sistema de exploração agro-pecuário assentar na alta fertilidade das suas terras¹⁰.

O esforço para rentabilizar as quintas, para acompanhar a intensificação da procura externa, deve ter sido

⁹ Cf. d'Azevac MACAYA, *Iles de l'Afrique*, Paris, Firmin Didot, Frères Editeurs, 1848, pp. 54 e 78.

¹⁰ Sobre a decadência das nossas indústrias, leia-se: João Soares de Albergaria e SOUSA, *Corografia ...*, op. cit., p. 34.

grande, pelo menos para alguns proprietários, e alguns dos aperfeiçoamentos introduzidos em relação aos cuidados a ter com a cultura da laranja, também podem ter sido aplicados em outras culturas¹¹. Neste sentido, podemos considerar como fenómenos interligados inovação agrícola e expansão comercial.

A oferta agrícola desta ilha tentou sempre ir ao encontro da procura externa. As ilhas, servindo de apoio à navegação no Atlântico, passaram, com o tempo, a aproveitar a sua capacidade produtiva para realizar maiores ganhos de comércio — abasteciam os navios e exportavam, em simultâneo, os seus excedentes agrícolas e as produções de citrinos e cereais destinadas à exportação. Note-se que a ilha de S. Miguel exportava a sua laranja não por ser « a melhor laranja do mundo » como acreditavam alguns produtores locais, mas porque ingleses e americanos tendo, obrigatoriamente, de fazer escala nestas paragens, aproveitavam e carregavam este produto. Só assim se explica por que motivo as embarcações estrangeiras continuavam a aportar a este porto mesmo após a decadência desta cultura.

A população citadina era constituída por várias categorias sociais, diferenciadas pelo seu rendimento anual e pelo seu estatuto sócio-profissional. A aristocracia urbana era constituída pelos morgados, muitas vezes senhores agrários absentistas, pelos membros da ordem eclesiástica e pelos grandes comerciantes, importadores dos produtos continentais e estrangeiros. O « povo miúdo » englobava

¹¹ O primeiro esforço sistemático de melhoramento da agricultura micaelense surgiu com a criação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, em 1843 e com a publicação de *O agricultor micaelense*, o primeiro jornal sobre agricultura, publicado em Portugal. Cf. Francisco Carreiro da COSTA, *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, I.U.A., s/d, p. 214.

os artesãos, os pequenos comerciantes a retalho, os pescadores, os assalariados e os camponeses ¹².

Existiam em Ponta Delgada, em 1825, dois conventos de freiras, dois de frades, três asilos de mendicidade e a Santa Casa da Misericórdia. As despesas anuais da Fazenda Real com o clero micaelense ascendiam a 39 482\$992 réis ¹³. A omnipresença desta ordem na sociedade micaelense era uma realidade.

Calcula-se que a função profissional da população urbana de Ponta Delgada estaria assim repartida em 1813 ¹⁴:

<i>Funções Profissionais</i>	<i>N.º</i>
Corpo eclesiástico	305
Corpo civil	36
Negociantes, morgados e pessoas que vivem de rendas	76
Lavradores	64
Artistas	697
Homens do mar e práticos da costa	254
Trabalhadores	1 433
Vadios e mendigos	39
Total	2 713

Verifica-se que apenas era conhecida a ocupação sócio-profissional de 2 713 indivíduos se bem que a população urbana compreendesse cerca de treze mil habitantes. Ora, só 1/6 da população urbana parece ter sido mencionada

¹² Francisco Borges da SILVA, « Notas ... », op. cit., p. 604.

¹³ Luís da Silva Mousinho de ALBUQUERQUE, *Observações sobre a ilha de S. Miguel*, Lisboa, Impressão Régia, 1826, p. 19.

¹⁴ Francisco Borges da SILVA, « Notas ... », op. cit., p. 604.

no quadro acima apresentado — o qual inclui mesmo os mendigos existentes — qual seria, então, o estatuto da restante população urbana? ¹⁵ Seria esta constituída por menores, militares, sem ocupação, mulheres e escravos?

A partir destes números, verificamos que o grupo mais importante era o dos assalariados — 52,8 % do total. Os artesãos denominados « artistas », vinham em segundo lugar, pelo número dos seus elementos — 25,6 % da população urbana. A importância deste número revela-nos que Ponta Delgada — cidade comercial, aberta ao exterior pelo seu ancoradouro era uma cidade activa no plano artesanal, com uma grande quantidade de mestres a transformar as matérias-primas locais e importadas ¹⁶.

Não nos é possível saber, neste momento, quais as actividades artesanais mais significativas da cidade, uma vez que desconhecemos o número de produtores que englobavam bem como a importância dos seus negócios. cremos, no entanto, que as mais diversas indústrias, sobreviviam e, quiçá, prosperavam graças ao dinamismo do tráfego marítimo. Podemos inferir a partir do comércio praticado que as profissões de tanoeiro, curtidor e carpinteiro deveriam ocupar uma parte substancial da população activa ligada ao sector secundário. Paralelamente a estes mesteres indispensáveis para a realização do transporte de determinados produtos, pululava uma grande quantidade de outras actividades artesanais que se destinavam, sobretudo, a responder às necessidades de consumo do mercado interno ¹⁷.

¹⁵ A restante população, ainda segundo a mesma fonte histórica, era constituída por 18 676 almas, tomando por referência o ano de 1821.

¹⁶ Sobre as vicissitudes da construção do porto de Ponta Delgada, consulte-se: Artur Teodoro de MATOS, *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, 1980, pp. 343-346.

¹⁷ Sobre o estado das indústrias açorianas, leia-se: *Breve Memória sobre o estado da agricultura, comércio e indústria no*

Quanto aos agricultores; não se menciona a que classe económica pertenciam, nem tão pouco se eram camponeses ou proprietários e neste último caso, se pequenos ou grandes. Desconhecemos também, se eram agricultores de campo de cereal ou das prósperas quintas de laranjas. Conhecer esta diferença seria fundamental para avaliarmos o rendimento e, portanto, a importância sócio-económica deste grupo. Assim, apenas podemos afirmar que a população urbana contava 2,3 % de agricultores. Pela reduzida importância numérica deste grupo e por residirem fora das propriedades somos levados a crer que estes agricultores eram, sem dúvida, proprietários. Deste modo, a existência deste pequeno número de agricultores-proprietários viria fortalecer a tese de que a propriedade micaelense se encontrava mal distribuída, permitindo a sua concentração num reduzido número de senhores¹⁸. Por outro lado, é também possível que a demarcação entre a cidade e o campo não estivesse bem estabelecida (aspecto que continuava a caracterizar a grande maioria das cidades europeias na primeira metade de oitocentos) porque os donos das quintas, isto é, das propriedades rurais, afirmavam-se por um tipo de consumo cidadão, ao mesmo tempo que muitas famílias urbanas completavam as suas actividades artesanais ou mercantis com o cultivo de uma pequena horta no quintal, nas traseiras da sua habitação.

A « classe média » (36 membros) — funcionários, cirurgiões, médicos, farmacêuticos, professores — era diminuta, principalmente face à importância numérica do clero — 11,2 % da população urbana. O clero e a nobreza (os morgados) constituíam, como se sabe, um grupo social impro-

districto de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1853, pp. 27 e ss. e Francisco Carreiro da COSTA, *Esboço ...*, op. cit., pp. 202 e ss.

¹⁸ Artur Teodoro de MATOS, « Achegas ... », op. cit., pp. 166 ss. e Thomas José da SILVA, *Reflexões sobre a agricultura, indústria e comércio da ilha Terceira*, Lisboa, 1822, pp. 13-25.

duto, sobrevivendo da transferência de rendimentos das classes produtivas, mercê da ordem político-institucional vigente, por isso, a sua presença era profundamente condicionante do comportamento económico da sociedade micaelense.

A importância económica do mar na sociedade insular é atestada pelo número de «homens do mar» registados. Estes eram sobretudo pescadores, marinheiros, carregadores, transportadores e tripulantes dos navios — actividades indispensáveis no apoio à navegação e comércio marítimos. Encontravam-se recenseados na mesma fonte 9,3 % dos cidadãos. O facto mais significativo é, todavia, o de o conjunto dos lavradores, negociantes, morgados e os que viviam de rendas apenas englobarem 5,1 % da população urbana. Este grupo, reduzido numericamente, era, com certeza, detentor de fortunas consolidadas, pois eram os proprietários dos laranjais das redondezas e os homens que dominavam o tráfego marítimo com o reino e, sobretudo, com o estrangeiro — Reino Unido, Brasil e Estados Unidos. Para além das disponibilidades em capital móvel, necessárias à actividade mercantil e às despesas de consignação dos barcos, o capital imóvel constituía também uma fonte importante da riqueza e do prestígio social dos principais homens de negócios desta ilha. Esta conjugação de interesses, patente na posse da terra e na liquidez dos negócios, era procedimento comum nas famílias estrangeiras aqui residentes¹⁹, embora um comportamento idêntico pudesse também ser apontado a alguns comerciantes locais, nomeadamente a Nicolau Maria Raposo. Note-se que as sociedades oitocentistas, agrícolas ou em vias de industrialização, conservadoras ou liberais, caracterizavam-

¹⁹ D'Azevac MACAYA, *Iles de l'Afrique*, op. cit., p. 78 afirma que « as quintas se encontram alugadas, frequentemente a ingleses e americanos ».

-se por uma forte desigualdade na repartição dos rendimentos nacionais permitindo, por vezes, que mais de metade do rendimento da nação estivesse na posse de um número exíguo de famílias, como nos afirma Yves Sequin acerca dos Estados Unidos e da Inglaterra neste período²⁰.

Urge, todavia, salientar dois aspectos. Em primeiro lugar existiam dois tipos de comerciantes inconfundíveis pelos capitais disponíveis: aqueles que se dedicavam à exportação da laranja, estando por isso, ligados ao mercado internacional e sendo na sua maioria estrangeiros radicados em S. Miguel e aqueles que comercializavam os produtos regionais e nacionais que eram sempre portugueses. Não duvidamos da existência de conflitos e rivalidades no relacionamento destes dois grupos em tudo divergentes, ainda que, na realidade não os possamos comprovar²¹. Em segundo lugar, a diminuta importância do Brasil no comércio externo micaelense explica-se, por um lado, pela conjuntura política que o novo Estado atravessava e, por outro lado, por motivos económicos, pois os micaelenses já não possuíam produtos para exportar para a ex-colónia portuguesa, com ganhos de comércio.

O período em estudo corresponde, cronologicamente, à saída da corte portuguesa do Brasil até ao reconhecimento por Portugal do novo Estado. Nos primeiros anos de existência do Brasil independente as relações comerciais com Portugal diminuíram em consequência da sua vontade de auto-afirmação e de salvaguarda da sua sobe-

²⁰ « As hierarquias da riqueza e do poder », in *História económica e social do mundo*, dir. Pierre LEON, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1983, Vol. IV, Tomo I, p. 278.

²¹ Alfredo BENSÁUDE, *Vida de José Bensaúde*, Porto, Litografia Nacional, 1936, pp. 25 ss., faz referência às dificuldades por que passaram os seus antepassados — comerciantes judeus de tecidos — ao instalarem-se na cidade de Ponta Delgada, no início do século XIX.

rania, assim como pelo incremento das suas ligações comerciais com o Reino Unido. Uma série de tratados de âmbito comercial ainda assinados no tempo colonial, nomeadamente o de 1808, contribuíram para esta preferência brasileira pelos produtos ingleses. Assim, compreende-se melhor por que razão entre 1821 e 1825 um só barco proveniente do Brasil aportou em Ponta Delgada quando, ainda em 1813, 19 % das importações micaelenses provinham do Brasil²²

2. - O MOVIMENTO COMERCIAL A PARTIR DO PORTO DE PONTA DELGADA

2.1. - *As importações*

O porto de Ponta Delgada, pela sua posição geográfica, desempenhou um papel de extraordinário relevo na navegação interior do arquipélago como placa-giratória de um comércio inter-regional, e no âmbito internacional como ponto de apoio à navegação no Atlântico.

A sua importância, como porto de cabotagem na navegação inter-ilhas, como porto de escala obrigatória na navegação trans-oceânica, por motivos de «aguada» e de «refresco», e, finalmente, como porto comercial para escoamento das suas produções do sector primário, está patente no número de barcos que demandavam, anualmente, este porto. É indispensável, em primeiro lugar, alertar o leitor que encontrará nesta análise do comércio micaelense ape-

²² B.P.A.P.D., *Fundo Ernesto do Canto*, Livro de registo de entrada de navios, L.º 60, fls. 76-76 v. Em relação às importações micaelenses no ano de 1813, consulte-se: Artur Teodoro de MATOS, «Achegas...», op. cit., Quadro V.

nas uma quantificação, por produtos, da balança comercial da ilha, visto não existirem, nos registos da alfândega, referências generalizadas aos preços dos produtos e aos valores da exportação total. Estes aspectos serão omitidos porque não tivemos possibilidade de recorrer a fontes complementares que nos elucidassem sobre os preços dos produtos, no tempo, e o valor da balança comercial da ilha²³. Consideramos, no entanto, que o objectivo deste estudo é alcançado pelo esforço de quantificação que os registos nos mereceram. Note-se que só se poderão elaborar sínteses interpretativas sobre a história económica dos Açores, quando toda a sua economia estiver quantificada, tornando-se, assim, possível fazer sobressair o qualitativo do quantitativo.

Ressalve-se, em segundo lugar, que as ilhas dos Açores em inícios de oitocentos, conquanto vivessem ainda sob o signo do *Ancien Régime* político, mantinham, todavia, uma economia aberta com fortes ligações marítimo-comerciais às outras nações, estando, por isso, sujeitas às leis da oferta e da procura internacionais (concorrência e especialização).

Refira-se, em último lugar, que a maneira simplista de reduzir a história económica dos Açores a ciclos, nomeadamente o do pastel, do trigo, da laranja e, nos nossos dias, o do gado bovino, mais não significa do que a tentativa gorada de descrever uma realidade mais complexa do que a teoria dos ciclos pode indicar.

²³ Por vezes, à margem dos registos alfandegários era mencionado o valor da exportação dos cereais e leguminosas. O carácter pouco sistemático desta informação não nos permitiu tirar conclusões válidas acerca da importância da exportação de produtos agrícolas na balança comercial da ilha. Sabemos apenas que o preço do moio de trigo, na década de 20, fora de 33\$229 réis como se poderá ver em: Ernesto do CANTO, «Valor do Trigo da Ilha de S. Miguel nos anos de 1500 a 1879», in *Arquivo dos Açores*, Vol. 1.º, Ponta Delgada, 1878.

Devido à adopção de uma cultura predominante nos Açores, ao longo da sua história económica, parece-nos poder inferir que os proprietários fundiários consideraram esta forma de exploração da terra a única que tornava as suas produções competitivas no mercado internacional. Quando, porém, crises conjunturais assolavam os mercados internacionais contribuindo para a restrição da procura de determinados produtos, em particular os que não eram considerados indispensáveis, ou aqueles que provinham de regiões mais distantes, os exportadores açorianos eram, de imediato, obrigados a reconversões económicas violentas, sempre dramáticas sob o ponto de vista social.

Não eram apenas as pressões externas, porém, as únicas a forçarem os proprietários micaelenses a reconversões económicas porque razões internas, como as condições aleatórias do clima e as devastações causadas pelas pragas, constituíram motivos suficientes para abandonar uma cultura substituindo-a por outra.

O arquipélago dos Açores, mercê da sua pequena superfície territorial repartida por nove ilhas e da exiguidade do seu mercado interno sempre orientou, como se sabe, as suas principais produções para o mercado externo.

Apesar desta constante histórica, o arquipélago dos Açores nunca conseguiu, ou talvez nunca tivesse pretendido, através de um esboço planificador de política económica, acabar com a sua dependência em relação ao exterior. Os produtores açorianos necessitavam dos mercados externos para aí colocarem a sua produção agrícola, a fim de poderem adquirir toda a gama de produtos manufacturados de que precisavam. No entanto, continuavam, por um lado, a utilizar as embarcações nacionais e estrangeiras para transportar as suas produções, e, por outro lado, continuaram ainda a fazer fé, nos comerciantes estrangeiros residentes nos seus portos para efectuar os negócios com as praças estrangeiras, porque consideravam serem estes os únicos a disporem de contactos comerciais e a possuírem

maiores aptidões para penetrar nos mercados mais complexos.

Cabe-nos, contudo, indagar se haveria, realmente outra alternativa para os açorianos em geral, e os micaelenses em particular.

As ilhas, mercê de uma deflorestação selvagem, encontravam-se cada vez mais deficitárias em madeira para construção. Como criar, portanto, uma actividade rentável e competitiva de construção naval com vista a acabar com a sua dependência em relação aos transportes marítimos? Além disso, como substituir a sua oferta agrícola, de carácter aleatório, porque dependente do clima, por uma produção industrial se, por um lado, a sua situação geográfica não permitia o cultivo do algodão e, conseqüentemente, um *take off* algodoeiro e se, por outro lado, a ausência de um subsolo rico em minério de ferro e em carvão, elementos indispensáveis para o desenvolvimento da siderurgia no século XIX, estrangulava qualquer tentativa de industrialização? Finalmente, podemos ainda perguntar onde se arranjariam os capitais necessários para arrancar com empresas fabris competitivas e como conseguir impor uma mentalidade empresarial aos homens de negócios e aos morgados absentistas?

É necessário termos sempre presente a ideia de que os Açores constituem uma realidade insular e que, por maior importância estratégica que possam ter tido ao longo do século passado, a sua componente económica foi sempre diminuta em comparação com as áreas económicas continentais.

A especialização numa cultura agrícola predominante veio a determinar, em todas as épocas, a estrutura comercial da ilha porque as suas exportações sempre assentaram, salvo raras excepções, em produções agrícolas pouco diversificadas, canalizadas, além disso, para um conjunto pouco diferenciado de mercados — os mercados nacional e britânico absorviam mais de 95 % das suas exportações.

As importações micaelenses eram, pelo contrário, bastante numerosas e heterogéneas apesar de originárias de um conjunto reduzido de mercados — reino, Inglaterra e Estados Unidos.

Por razões de análise agrupámos as importações micaelenses em três grupos: produtos alimentares, materiais de construção civil e produtos transformados, independentemente da área da sua proveniência.

2.1.1. - Produtos alimentares

A ilha de S. Miguel, embora fosse uma região exportadora de cereais, também importava este género de produtos. As suas exportações cerealíferas assentavam em milho, trigo e centeio, enquanto as importações consistiam sobretudo em trigo, cevada e arroz²⁴.

IMPORTAÇÃO DE CEREAIS²⁵

Unidade: Kg

Cereais	Anos					Total
	1821	1822	1823	1824	1825	
Trigo	26 400	129 600	66 800	103 600	12 000	338 400
Cevada	—	400	24 000	26 400	14 400	65 200
Arroz	3 825	150	—	1 000	3 300	8 275

²⁴ Os cereais importados vinham registados em *moio*, *alqueire*, *arroba*, *saca* tendo sido convertidos em Kg.

²⁵ Não incluímos a farinha porque desconhecemos qual a sua natureza — se de cereal ou de peixe. Importaram-se 13 toneladas da Grã-Bretanha, Estados Unidos e Canadá durante os cinco anos.

Quanto à origem destes cereais importados o trigo e o centeio vinham das outras ilhas dos Açores (sobretudo de Santa Maria — ilha conhecida pela qualidade dos seus grãos que serviam, geralmente, de semente), e o arroz vinha quase exclusivamente do reino. Dali se importaram também figos secos, sal, azeite de oliveira e algum vinho (13,9 % do total importado).

IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DO TERRITÓRIO NACIONAL
1821-1825

Kg/Litro

<i>Anos</i>	<i>1821</i>	<i>1822</i>	<i>1823</i>	<i>1824</i>	<i>1825</i>	<i>Total</i>
<i>Produtos</i>						
Figos Secos	2 938	5 992	7 638	—	5 611	22 179
Azeite	21 197	9 936	12 076	10 284	14 750	68 243
Vinho	487 863	960 833	1 167 211	813 694	678 347	4 118 548
Sal	878 400	104 000	148 800	252 800	516 000	1 900 000

A ilha de S. Miguel também importou vinho da Madeira — 13 075 litros — o que só representou 0,3 % do total do vinho entrado. As outras ilhas dos Açores foram, porém, as principais fornecedoras deste produto — 85,5 % das importações micaelenses em vinho. O segundo produto importado da Madeira fora o óleo de peixe, apenas 20 barris, contribuindo, no entanto, para que a Madeira tivesse sido a única região portuguesa a exportar para S. Miguel este produto. Este fora, na sua totalidade, transportado

por barcos de nacionalidade estrangeira que tinham escaleado o porto do Funchal. Daí, o óleo de peixe registado como proveniente da Madeira ser, na realidade, exterior à economia madeirense. O grande fornecedor do óleo de peixe (azeite de peixe, como aparece designado este produto na documentação do tempo) fora os Estados Unidos, donde provieram 66,5 % das importações deste produto. Entraram no total 103 185 litros, sendo a Grã-Bretanha e o Canadá, os segundo e terceiro fornecedores, com respectivamente 21 % e 12,3 % ²⁶.

Também o açúcar foi importado por S. Miguel e, embora tenham somente sido registadas 116,5 caixas entre 1821 e 1825, não deixa de ser curioso o facto de este açúcar ter sido importado da ilha Graciosa. Acreditamos que o açúcar referenciado era, certamente, açúcar brasileiro.

A ilha de S. Miguel era também importadora de espécies de peixe inexistentes nos mares açorianos como o bacalhau, o arenque e o salmão, sendo seus fornecedores a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e o Canadá.

Todavia, os três produtos mais importados por S. Miguel eram o vinho, a aguardente e os bovinos.

O vinho mais apreciado era o originário das ilhas do grupo central, embora todas as ilhas do arquipélago, à excepção do Corvo e de Santa Maria, também fossem produtoras deste bem e o tivessem exportado para a ilha de S. Miguel. S. Miguel recebera das ilhas do grupo central, 85,8 % do total do vinho importado o que representa 3 505 mil litros. A ilha do Faial fora responsável pela exportação de 41 % do total do vinho, ou seja, 1 440 mil litros. Parece-nos útil esclarecer que este vinho registado como

²⁶ O óleo de peixe destinava-se sobretudo à iluminação. Sobre os combustíveis utilizados na ilha, consulte-se: F. Carreiro da COSTA, *Esboço ...*, op. cit., p. 190.

IMPORTAÇÃO DE BACALHAU, ARENQUE E ÓLEO DE PEIXE
1821-1825

Produtos	Anos	Anos					Total	% total
		1821	1822	1823	1824	1825		
Bacalhau Kg	Origem							
	E.U.A.	2 675	4 600	8 950	2 500	5 190	23 915	21
	G.B. Canadá	17 100 8 372	10 000 —	— 28 788	2 400 —	7 075 16 650	36 575 53 810	32 47
	Total	28 148	14 600	37 738	4 900	28 915	114 300	100
Bacalhau caixa	E.U.A.	169	326	80	56		631	100
Arenque Kg	Origem							
	E.U.A.	1 450					1 450	9
	G.B. Canadá	5 000 1 000	350	4 000	4 000	— 250	13 350 1 250	83,1 7,8
	Total	7 450	350	4 000	4 000	250	16 050	100
Óleo de Peixe Kg	Origem							
	E.U.A.	5 250	7 100	12 500	30 850	13 200	68 900	66,5
	G.B. Canadá	16 285 9 000	600	4 050	700	3 650	21 635 12 650	21,1 12,3
	Total	30 535	7 700	16 550	31 550	16 850	103 185	100

IMPORTAÇÃO DE VINHO DOS AÇORES
1821-1825

Unidade: Litro

Ano	1821	1822	1823	1824	1825	Total	Faial	Graciosa	Pico	S. Jorge	Terceira	
<i>Medidas</i>												
Pipas	454 866	838 668	995 178	704 154	467 274	3 460 140	1 431 432	972 336	184 736	728 124	145 890	
Barril	850	950	1 100	1 000	950	4 050	2 800	350	100	1 600		
Quarto	800		800	400		2 000	600	1 200		200		
Barrica	300	1 000	300	1 500		3 100	2 350	350	50	350		
Casco		9 400	15 200	9 600		34 200		34 200				
Quartela	900				225	1 125				1 125		
Total	457 715	850 018	1 012 576	716 654	468 449	3 505 415	1 437 182	1 008 436	184 736	731 399	145 890	
Ano %												
<i>Medidas</i>												
Pipas	99,377	98,604	98,282	98,255	99,749	98,7	41,4	28,1	5,3	21	4,2	100
Barril	0,185	0,177	0,108	0,139	0,202	0,138	57,7	7,2	2	33		100
Quarto	0,175		0,079	0,055		0,057	30	60		10		100
Barrica	0,065	0,176	0,029	0,209		0,088	75,8	11,3	1,6	11,3		100
Casco		1,105	1,501	1,339	0,048	0,975		100		100		100
Quartela	0,196					0,032						100
Total	100	100	100	100	100	100	41	28,8	5,3	20,8	4,1	

proveniente do Faial era, sem dúvida, originário da vizinha ilha do Pico, pois a ilha do Faial não possuía as condições climáticas exigidas para a produção de vinho de qualidade.

A produção vinícola dos Açores não era, porém suficiente para o elevado consumo micalense. Daí, a necessidade de se importar este produto da Madeira (0,3 % do total importado) e do reino (14 % do total). O consumo anual de vinho importado, em S. Miguel, não ultrapassava, contudo, os 10,5 litros por habitante. Não nos esqueçamos de que também nesta ilha existiam alguns terrenos dedicados à cultura da vinha²⁷. O vinho era transportado em diversas unidades de diferentes capacidades mas a medida mais utilizada era a pipa, quer no circuito comercial entre as ilhas, quer no transporte do vinho da Madeira e do reino, sendo mais de 98 % importado em pipas. A capacidade destas pipas era, porém, diferente consoante a área geográfica donde eram originárias (Anexo I).

A importação de aguardente recaía sobre a de cana (rum) ou de vinho, podendo ser originária das demais ilhas do arquipélago ou do Brasil.

A aguardente de cana representava 30,5 % das importações totais de aguardente, ou seja 110 mil litros, e, embora não fosse de produção açoriana, ela tinha vindo exclusivamente das ilhas Graciosa e Faial. Como já referimos, julgamos que essa aguardente, à semelhança do açúcar, viera do Brasil e, como o mercado interno daquelas ilhas era limitado, grande parte dela fora reexportada para a ilha de S. Miguel.

A importação da aguardente de vinho foi bastante mais importante — 251 mil litros, ou seja, 69,5 % do total da

²⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 192-200 e Artur Teodoro de MATOS, « Ache-gas ... », *op. cit.*, p. 171 refere que em 1813, 4/5 da superfície cultivada conhecia a cultura da vinha.

IMPORTAÇÃO DE AGUARDENTE DOS AÇORES
1821-1825

Origem	Anos		1821	1822	1823	1824	1825	Total	em % total	
	cana	vinho							cana	vinho
Faial	cana			2 456	2 820	564	282	6 122	7,7	4,2
	vinho		7 100	2 788	3 816	1 560		15 264		
Graciosa	cana		59 502	250	42 018	2 256		104 026	28,8	57
	vinho		43 428	55 554	30 174	23 200	30 456	187 812		
S. Jorge Pico Terceira	vinho		1 128	50	14 200	4 512	614	20 504		5,7
	vinho		6 768			564		7 332		2
	vinho		16 920			3 584		20 504		5,7
Açores Açores	cana		59 502	2 706	44 838	2 820	262	110 148	30,5	69,5
	vinho		75 344	58 393	48 190	38 420	31 070	251 416		
Total			134 846	61 098	93 028	41 240	31 352	361 564		

aguardente importada. A ilha Graciosa forneceu o mercado micaelense em 52 % do total das suas importações deste produto²⁸.

As importações anuais de aguardente da terra diminuíram progressivamente, à excepção do ano de 1823. A importação deste bem diminuiu cerca de 59 % entre 1821 e 1825 passando de 75,344 litros para 31,070 mil litros.

Confrontando as importações de vinho com as de aguardente da terra, ambas provenientes das ilhas do grupo central do arquipélago, constatamos que o mercado micaelense importou dezasseis vezes mais vinho do que aguardente.

Analisemos, por último, a importação de bovinos. A ilha de S. Miguel abastecia-se de carne, bovina e suína, de duas formas: pela importação de gado vivo das demais ilhas, ou pela importação de barris de carne salgada vindos dos Estados Unidos. Esta segunda forma foi, no entanto, pouco representativa em comparação com a primeira, por isso não a consideramos neste trabalho.

IMPORTAÇÃO DE BOVINOS²⁹

1821-1825

Unidade: n.º de cabeças

1821	1822	1823	1824	1825	Total
18	77	122	450	926	1 593

²⁸ As ilhas de S. Jorge e Terceira forneceram 5,7 % da aguardente importada por S. Miguel.

²⁹ Também se importou algum gado cavalari, alguns suínos e aves de capoeira.

Estes 1593 bovinos vieram das ilhas do grupo central e das Flores. Só a ilha de S. Jorge forneceu ao mercado micaelense 1 088 cabeças de gado, ou seja, 68 % do total de bovinos importados. Esta importação de bovinos aumentou consideravelmente, como demonstra o quadro anterior.

Faltam-nos explicações para este facto, embora possamos elaborar várias hipóteses tais como a de alguma doença ter dizimado o gado micaelense, a de este ter passado, em trânsito, por esta ilha, pois destinava-se ao mercado madeirense, ou a de, tendo crescido o rendimento das famílias micaelenses se tenha verificado um acréscimo do consumo *per capita* de carne de vaca — o que obrigara esta ilha a importar bovinos para responder às necessidades do seu mercado interno³⁰. Esta última hipótese é a menos plausível por não existirem razões visíveis para um aumento do nível de vida dos micaelenses, num espaço de tempo tão curto e tão fértil em acontecimentos de natureza política, com profundas repercussões na vida sócio-económica do reino. A crise económica que o reino conheceu ao longo da segunda década do século XIX teve, sem dúvida, os seus reflexos na economia das ilhas, por isso, mais uma vez, se conclui que as importações terão diminuído e não aumentado.

2.1.2. — Materiais de construção civil

A argila, ao longo deste período, foi exclusivamente importada da vizinha ilha de Santa Maria. Importaram-se 6 447 toneladas de barro depois transformadas pelos oleiros

³⁰ Sobre a importância do gado na economia insular, leia-se: Maria Olímpia da Rocha GIL, « Pastagens e criação de gado na economia açoriana nos séculos XVI e XVII (elementos para o seu estudo) », in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. LX, 1982, pp. 503-549.

IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PROVENIENTES DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS
1821-1825

Unidade : variável

Produtos	Anos					Total	Proveniência
	1821	1822	1823	1824	1825		
Argila	1 408 000	1 071 180	1 751 200	1 077 120	1 139 600	6 447 100	Santa Maria
Breu (Kg)	100	500	800	850		2 250	Continente
Boana (dúzias)	7 237	2 2974,5	19 501,5	12 749	12 254	54 716	Continente
Taboado (dúzias)	1 892,5	4 478,5	3 709	4 343,5	3 229,5	17 653	Continente
Madeira de cedro (unid.)	460	200	300	200		1 160	Flores

IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTRANGEIRO
1821-1825

Unidade : variável

Produtos	Anos						Total	Proveniência
	1821	1822	1823	1824	1825			
Breu (Kg)	1 500	500	3 600	500	150	6 250	Canadá E.U.A.	
Carvão de pedra (Ton.)	12			8,5	8	28,5	G.B.	
Madeira (1 000 pés)	235,5	321	1 365	407,3	497,9	2 826,7	Canadá E.U.A.	
Madeira de pinho (1 000 pés)	58		80	110	110	358	E.U.A.	
Pregos (barris)	483	382	171	99	163	1 298	E.U.A. G.B.	
Pregos (sacos)	34	2	5		10	51	G.B.	

micaelenses em diversos objectos de uso doméstico e em telhas.

A importação de madeira era da maior importância: o cedro vinha dos Açores; o pinho, em bruto e em pranchas, dos Estados Unidos e do Canadá; o tabuado e a boana do reino, sobretudo do porto da vila da Figueira. A necessidade de importar madeira fazia-se sentir desde há muito, pois a deflorestação da ilha de S. Miguel era uma realidade verificada por autóctones e pelos que a visitaram no século passado³¹.

As aplicações da madeira importada eram múltiplas indo desde a armação e reparação de barcos e de pipas até à construção do mobiliário e das caixas necessárias para o transporte da laranja. Note-se que o único barco vindo do Brasil que aportou em Ponta Delgada descarregara muita madeira³² entre outros produtos. Por vezes a madeira americana chegava já com a indicação das suas aplicações futuras, o que não acontecia com a madeira vinda da vila da Figueira. Daqui importava-se sobretudo tabuado de 12 palmos. Fazia-se, por vezes, referência à qualidade do mesmo como por exemplo, especificando que o tabuado era « ordinário ».

2.1.3. — Produtos transformados

Entre estes produtos incluímos os têxteis e os chapéus, os objectos em ferro (ferro em banda, arame, pregos, aduelas e espingardas) e os produtos considerados de luxo — porcelanas; mobiliário rico, remédios e livros.

³¹ Sobre as consequências da deflorestação da ilha no modo de cultivar a terra, leia-se a este propósito: Luís da Silva Mousinho de ALBUQUERQUE, *Observações ...*, pp. 25 e ss.

³² B.P.A.P.D., *Fundo Ernesto do Canto*, Livro de registo de entradas de navios, n.º 60, fls. 70-76 v.: « 26 molhos de pau, 6 molhos de varas, 2 pranchões e 8 tábuas ».

É muito difícil quantificarmos a importância dos tecidos entrados em Ponta Delgada. A sua importância é confirmada pelo elevado número de baús, arcas, caixas, fardos, pacotes, encomendas, etc. desembarcados neste porto sem a designação do seu conteúdo e vindos, na sua maior parte, do estrangeiro.

Os poucos tecidos registados como tal eram os de linho da Rússia, de veludo, lã e algodão, para além das flanelas, gangas, cobertores e tapetes. Todavia, desconhecemos quase sempre as quantidades importadas, porque estas eram registadas de forma imprecisa: « alguns », « um pouco de », « numa mala com » ..., etc. Os portos de Londres, Liverpool, Bristol e Falmouth eram os principais fornecedores deste bem. Se os Estados Unidos e a Grã-Bretanha partilhavam entre si o mercado micaelense entre 1821 e 1825, importando e exportando o mesmo tipo de produtos, verificamos, pelo contrário, que as fazendas e tecidos pertenciam, em exclusivo, à Grã-Bretanha³³. Lembremo-nos que a Inglaterra fora a primeira nação do mundo a fazer a sua revolução industrial ainda na segunda metade de setecentos, tendo sido a indústria algodoeira o sector motor da sua industrialização. A indústria têxtil manterá a sua liderança sobre os outros ramos da actividade industrial até por volta de 1830, o que explica a importância das *cottonnades* no seio das importações micaelenses da Grã-Bretanha³⁴. Esta, tendo beneficiado de uma divisão internacional do trabalho ímpar, graças, por um lado, ao seu vasto império e, por outro, ao facto das economias

³³ O Canadá, colónia britânica, devido à sua proximidade geográfica com os Estados Unidos, exportava produtos idênticos aos americanos. Daí as importações americanas e britânicas serem semelhantes, na quantificação geral das importações micaelenses

³⁴ François CARON, « A Grã Bretanha de 1815 até cerca de 1850 », in *História económica e social do mundo*, dir. P. LEON, op. cit., Vol. III, T. 2, pp. 373 e ss.

contemporâneas serem ainda essencialmente agrícolas, pôde, assim, consolidar a sua posição no mercado internacional como nação exportadora de produtos transformados, sendo os têxteis, o seu principal bem de exportação. A indústria algodoeira conhecera um elevado número de inovações técnicas desde finais do século XVIII, o que favorecia a realização de ganhos substanciais de produtividade e, conseqüentemente, o aumento da sua produção final. A Inglaterra não conhecia, portanto, concorrentes, quer a nível de preços, quer a nível de entrega de produtos, o que contribuía para que ela abastecesse em têxteis o mercado mundial, em situação de monopólio.

Por último, resta-nos mencionar a actividade dos consignatários dos barcos que demandavam o porto de Ponta Delgada. Nem todos os capitães das embarcações referiam o seu consignatário, o que acontecia com os capitães dos navios pequenos vindos das demais ilhas açorianas. Além disso, muitos capitães assumiam-se como consignatários dos seus barcos, podendo verificar-se este comportamento em capitães de barcos de todas as nacionalidades. A maioria dos barcos que se dirigiam a este porto vinham, no entanto, consignados a mercadores da praça micaelense. António Rodriguez da Paz, Custódio José Soares, Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira, entre tantos outros foram, todavia, os negociantes que mais vezes encontramos mencionados nos registos de alfândega. Os comerciantes portugueses eram quase sempre apenas consignatários de barcos portugueses, embora Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira constituísse uma excepção, aparecendo como consignatário de barcos de todas as nacionalidades.

Os barcos estrangeiros vinham, na sua quase totalidade, consignados aos seus cônsules ou aos comerciantes estrangeiros aqui radicados. Guilherme (William) Harding Read, Guilherme Brander, pai e filho, Tomás (Thomas) Hickling e Anglin, João (Joam) Carlos Scholtz e Ivens e Burnett

foram, deste modo, responsáveis pela consignação de mais de 95 % dos barcos de nacionalidade estrangeira que entraram no porto de Ponta Delgada.

2.2. - *As exportações*

Após termos analisado a estrutura das importações micaelenses, urge estudarmos as suas exportações, a fim de detectar o tipo de economia que caracterizava estas ilhas. Teremos de explicar algumas características do comércio de exportação realizado por S. Miguel.

Definiam-se três zonas específicas para os produtos exportados: a primeira representada pelas restantes ilhas; a segunda que englobava a Madeira e o reino; e a terceira que compreendia todos os mercados internacionais. Cada um destes mercados importava de S. Miguel produtos diferentes, embora todas as exportações micaelenses pertencessem, no essencial, ao sector primário. A ilha de S. Miguel, tal como as outras ilhas do arquipélago, escoava pelo seu porto os produtos locais em bruto (citrinos, cereais e leguminosas), alguns bens transformados de produção local e outros, que recebera de fora. Quanto a estes últimos produtos como, por exemplo, a cal, os pregos, as aduelas, o ferro, o sal e a madeira, desconhecemos se eles teriam efectivamente sido desembarcados nas alfândegas açorianas, pago os diversos direitos aduaneiros e depois canalizados para os diversos armazéns dos portos, a fim de, mais tarde, serem reexportados. Porém, essa situação não nos parece compensadora, porque a reexportação suportava encargos que não beneficiaria em nada os comerciantes locais envolvidos neste comércio. Assim, os produtos não originários destas ilhas que entraram em S. Miguel registados como provenientes das mesmas, teriam sido conservados a bordo dos navios, quando estes fizeram escala naqueles portos.

Esta situação acontecia inúmeras vezes na alfândega de Ponta Delgada, isto é, muitos capitães afirmavam que conservariam parte da carga a bordo, pois transportavam-na para outro porto, pedindo, por isso, isenção de direitos (pediam franquia) para esta carga. Do mesmo modo, os produtos registados como provenientes das outras ilhas podem não ter sido aí carregados mas, por descuido do escrivão, tal facto não foi mencionado e, para todos os efeitos, o porto de escala tornou-se, na fonte histórica, o porto de origem destas mercadorias.

Também as outras ilhas açorianas, participando de um mesmo tipo de comércio, recebiam de S. Miguel uma grande diversidade de produtos mas quase sempre em pequenas quantidades. Daí a dificuldade em constituir grupos homogéneos nas exportações micaelenses para o restante arquipélago. Pelo contrário a Madeira e o reino representavam para a ilha de S. Miguel um mercado garantido para os seus cereais e leguminosas. Os citrinos eram exportados para o estrangeiro e, por vezes, para a Madeira, apesar da importação de caixas de laranjas desta ilha ter sido diminuta.

Após estas explicações de carácter geral, passemos a analisar as exportações micaelenses. Dividimo-las, tal como as importações, em três grupos. Será estudada, primeiramente, a exportação de produtos alimentares, por ter sido a que anualmente e ao longo dos cinco anos movimentou maior número de barcos, seguindo-se a exportação de pipas vazias e de produtos de outras origens.

2.2.1. - Produtos alimentares

A importância do arquipélago no comércio de produtos alimentares foi marginal, pois mais de 85 % de exportação micaelense de produtos agrícolas, à excepção da batata, fora destinada aos portos do reino. Apenas respectiva-

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES PARA O TERRITÓRIO PORTUGUÊS
1821-1825

Produtos	Anos						Destino em %		
	1821	1822	1823	1824	1825	Total	Aço- res	Ma- deira	Conti- nente
Trigo	465 483	429 724	873 712	433 041	697 354	2 899 314	0,2	0,15	99,6
Favas	1 043 516	611 495	892 314	933 980	520 709	4 002 014	0,4	0,4	99,2
Feijão	303 222	161 992	249 256	185 104	147 314	1 046 888	5	0,65	94,3
Toucinho	6 823	5 214	3 038	793	4 237	20 105	—	13	87
Milho	2 754 240	2 714 180	2 426 110	1 715 760	1 981 500	11 593 790	2	11,4	86,5
Centeio	6 840	4 320	12 558	—	3 470	27 188	—	—	100
Batatas	5 627	2 409	3 068	666	4 876	16 646	100	—	—
Total	4 585 751	3 929 334	4 462 016	3 269 344	3 359 460	19 605 945	1,7	6,9	91,1

mente 0,2 %, 0,4 %, 2 % e 5 % do trigo, das favas, do milho e do feijão exportados ficaram nos Açores. Estas percentagens, à primeira vista pouco relevantes, tornam-se, no entanto, significativas no contexto regional, porque a ilha de S. Miguel exportou um total de 240,4 toneladas de milho para as restantes ilhas, tendo o Faial absorvido, 79,6 % dessa exportação, enquanto o Pico e Santa Maria receberam 15 % apenas (Anexo II).

Da análise das exportações mensais de milho micaelense para o arquipélago verificamos que o ciclo se iniciava a partir de Março e terminava em Novembro. Além disso, a exportação de milho para as demais ilhas não cessou de diminuir ao longo do período em consideração. A colheita de milho em 1821 não deve ter sido suficiente para cobrir as necessidades de consumo das ilhas, o que implicou a importação da ilha de S. Miguel de cerca de 200 toneladas. Nos anos seguintes o milho importado foi cada vez menos representativo e, desde 1822, a Terceira e S. Jorge deixaram de recorrer ao milho micaelense. Em 1825, o arquipélago importou menos de uma tonelada e esta foi inteiramente canalizada para a ilha de Santa Maria.

Os mercados madeirense e do reino foram muito mais importantes para os comerciantes micaelenses do que o das demais ilhas açorianas, uma vez que a quantidade de cereais expedida para aqueles mercados foi, largamente, superior.

A ilha de S. Miguel exportou para a Madeira entre 1821 e 1825, 1 324,57 toneladas de milho, ou seja, 11,4 % do total exportado e exportou para o reino 10 028,80 toneladas³⁵.

No que diz respeito ao trigo — cereal pouco importante, neste período, na balança comercial micaelense, uma vez

³⁵ Os portos de Lisboa e Vila da Figueira, com respectivamente 6 757,9 e 2 028,05 toneladas de milho micaelense, foram os portos portugueses a receber mais milho desta ilha.

EXPORTAÇÃO MENSAL DE MILHO MICAELENSE PARA O ARQUIPELAGO
1821-1825

Unidade : Kg

Meses	Anos					Total	%
	1821	1822	1823	1824	1825		
Janeiro	—	—	—	—	—	—	—
Fevereiro	—	10 800	—	—	—	10 800	4,5
Março	10 260	14 760	2 850	—	—	27 900	11,6
Abril	9 000	9 678	360	—	—	19 038	7,9
Maió	2 259	720	—	2 342	—	5 321	2,2
Junho	25 560	—	1 580	—	720	27 360	11,4
Julho	102 122	—	5 380	—	—	107 702	44,8
Agosto	16 200	—	—	—	—	16 200	6,7
Setembro	4 320	—	—	—	—	4 320	1,8
Outubro	6 120	—	1 980	3 600	—	10 800	4,5
Novembro	8 280	—	—	—	—	8 280	3,4
Dezembro	—	—	2 700	—	—	2 700	1,1
Total	184 121	35 958	13 680	5 942	720	240 421	100

EXPORTAÇÃO DE MILHO PARA O TERRITÓRIO NACIONAL
1821-1825

Unidade: 1 000 Kg

Anos Destino	Em %					Total	1825	1824	1823	1822	1821
	1825	1824	1823	1822	1821						
Açores	0,72	5,94	13,68	35,958	184,12	240,42	5,94	13,68	35,958	184,12	6,7
Madeira	28,8	26,8	196,92	541,08	528,97	1 324,57	26,8	196,92	541,08	528,97	19,2
Reino, sendo:	1 951,98	1 681,02	2 217,51	2 137,14	2 041,15	10 028,80	1 681,02	2 217,51	2 137,14	2 041,15	74,1
Lisboa	1 056,13	1 354,49	1 668,52	1 668,52	1 245,78	6 757,9	1 354,49	1 668,52	1 668,52	1 245,78	78,7
Figueira	537,65	142,2	282,24	488,16	577,8	2 028,05	142,2	282,24	488,16	577,8	—
Porto	72	79,93	129,6	140,4	142,56	564,5	79,93	129,6	140,4	142,56	—
Faro	—	31,68	72	25,2	—	128,88	31,68	72	25,2	—	—
S. Mart.	—	—	14,76	50,4	46,8	111,96	—	14,76	50,4	46,8	—
Outros	286,2	72,72	50,4	—	28,8	438,12	72,72	50,4	—	28,8	—
Total	1 981,5	1 715,76	2 428,11	2 714,18	2 754,24	11 593,79	1 715,76	2 428,11	2 714,18	2 754,24	2

comparado ao milho —, a Madeira ocupou um lugar pouco significativo, importando apenas 2,89 toneladas, ou seja, 0,15 do trigo exportado. Por seu turno o reino importou 2 899,314 toneladas (99,6 % do total) deste cereal, tendo o porto de Lisboa recebido 91,3 % do trigo micaelense canalizado para o reino.

O terceiro cereal mais exportado foi o centeio, distanciando-se, porém, dos quantitativos alcançados pelos dois primeiros cereais analisados. O reino foi o único comprador do centeio exportado — 27,188 toneladas.

As leguminosas ocuparam o segundo lugar nas exportações micaelenses para a Madeira e o reino. Este constituiu o principal mercado de colocação para a fava e para o feijão, absorvendo respectivamente 99 % e 94 % da exportação.

As exportações micaelenses de produtos do sector primário para o território nacional (restantes ilhas dos Açores, a Madeira e ainda o reino) estavam repartidas da seguinte maneira: o milho detinha 59 % do total exportado, seguindo-se as favas, o trigo, o feijão e outros produtos com 20,4 %, 15 %, 5,3 % e 0,5 % respectivamente.

Não nos tendo sido possível fazer um levantamento dos preços, tornou-se, assim, impraticável a avaliação da importância deste comércio na balança comercial micaelense. Desconhecemos se a exportação de cereais e de leguminosas seria mais ou menos remuneradora do que a exportação dos citrinos e também não sabemos se a exportação de produtos agrícolas era consequência de um excedente da produção da ilha, e, em que medida contribuía para a carestia e imediata subida do preço dos mesmos no mercado interno.

As exportações micaelenses para o exterior não se faziam em barcos açorianos o que por um lado reduzia o excedente comercial e, por outro, aumentava os riscos comerciais decorrentes da flutuação da procura nos mercados de destino. Acresce ainda que as exportações aço-

EXPORTAÇÃO DE TRIGO MICAELENSE PARA TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1821-1825

Unidade : Kg

Anos Destino	1821-1825						Total	%
	1821	1822	1823	1824	1825			
Graciosa (1)	6 120	362	—	—	—	—	6 482	0,2
Madeira (2)	902	1 800	1 800	—	—	—	2 890 130	99,6
Reino, (3) sendo:	455 461	427 562	873 712	433 041	697 354	4 502	4 502	91,3
Lisboa	379 261	383 282	757 792	432 321	697 354	2 650 010	2 650 010	1,7
Faro	—	31 650	18 000	720	—	—	50 400	0,15
Porto	79 200	10 800	97 200	—	—	—	187 200	6,5
Outros	—	1 800	720	—	—	—	2 520	0,09
Total : 1+2+3	465 483	429 724	873 712	433 041	697 354	2 901 114	2 901 114	100

EXPORTAÇÃO DA FAVA PARA O TERRITÓRIO NACIONAL
1821-1825

Unidade : Kg

<i>Destino</i> / <i>Anos</i>	1821	1822	1823	1824	1825	Total
Açores (1)	11 880	1 800	—	3 240	—	16 920
Madeira (2)	5 400	2 160	6 480	—	2 520	16 560
Reino (3), sendo:	1 026 236	607 535	85 834	930 740	518 189	3 968 534
Lisboa	1 013 636	594 575	882 234	855 860	492 989	3 839 294
Outros	12 600	12 960	3 600	74 880	25 200	129 240
Total : 1+2+3	1 043 516	611 495	892 314	933 980	520 709	4 002 014

rianas consistiam sobretudo em produtos do sector primário exportados em brutos enquanto as importações incidiam sobre produtos transformados, de maior valor acrescentado.

Uma outra fonte de riqueza desta ilha, talvez mesmo a maior era a exportação de laranja, visível, quer pelo número de caixas despachadas, quer pelo número de barcos que a vinham carregar. Os lucros deste rentável comércio foram, no entanto, rapidamente canalizados para consumos de tipo ostentatório, tendo sido neutralizados em poucas gerações³⁶.

O ciclo de exportação da laranja tinha início no mês de Novembro para terminar em Maio-Junho. Os meses de Fevereiro-Março eram aqueles que apresentavam números mais elevados de exportação de caixas de laranja (20,5 % e 22,7 % do total exportado ao longo do período).

A quantidade de laranja exportada aumentou progressivamente de 1821 a 1825 e, mesmo quando se verificou um decréscimo do número de caixas exportadas, em 1823 e 1824, o seu quantitativo foi sempre mais elevado do que o conhecido no início deste período. Além disso, a exportação de laranja no ano de 1825 foi duas vezes superior à exportação de 1821. A continuação deste estudo virá mostrar-nos se 1825 representou o início de um novo ciclo de exportação ou, se pelo contrário, mais não significou do que um bom ano para os exportadores de laranja.

³⁶ O preço médio de cada caixa era de 4 000 réis como nos diz SA DA BANDEIRA, *Diário da Guerra Civil*, Recolha, Notas e Prefácio de José Tengarrinha, Lisboa, Col. Seara Nova, 1976, vol. 2, p. 59.

³⁷ «As caixas de laranja têm 700 a 800 laranjas» diz-nos SA DA BANDEIRA, *Diário...*, op. cit., vol. 2, p. 60; António Teixeira de MACEDO, *Breve Memória...*, op. cit., p. 31, afirma que «cada três caixas pequenas produzem uma grande...», enquanto José Tavares de MACEDO, *Estudo sobre a cultura da laranjeira em Portugal e sobre o comércio da laranja*, Lisboa, Typographia da

EXPORTAÇÃO DE FEIJÃO PARA O TERRITÓRIO NACIONAL
1821-1825

Unidade : Kg

Anos Destino	1821	1822	1823	1824	1825	Total	%
	Açores	7 397	37 750	2 020	950		
Madeira	1 398	1 800	1 800	—	1 800	6 798	0,651
Reino	292 680	119 520	244 080	180 900	136 050	987 013	94,31
Total	303 222	161 992	249 256	185 104	147 314	1 046 888	

FATIMA SEQUEIRA DIAS

EXPORTAÇÃO MENSAL DE LARANJA
1821-1825

Unidade : caixa 37

Meses	Anos												Total	%
	1821	1822	1823	1824	1825	Total	%							
Janeiro	8 300	19 256	14 877	14 480	15 341	72 341	19,7							
Fevereiro	13 464	14 745	21 052	8 448	17 524	75 233	20,5							
Março	14 989	11 418	17 670	12 635	26 501	83 213	22,7							
Abril	7 722	16 367	5 558	10 292	18 640	58 579	16							
Maiο	2 574	452	60	1 385	2 030	6 501	1,8							
Junho	—	—	—	499	23	522	0,14							
Julho	—	—	—	—	—	—	—							
Agosto	—	—	—	—	—	—	—							
Setembro	50	—	—	—	—	50	—							
Outubro	—	—	—	—	—	—	—							
Novembro	100	271	—	—	9 350	13 531	3,7							
Dezembro	3 878	15 071	7 797	9 830	20 060	56 636	15,4							
Total	51 077	77 580	67 014	61 379	109 469	366 519	100							
%	13,9	21,2	18,3	16,7	29,8	100								

Dos 664 barcos britânicos que carregaram laranja em Ponta Delgada, 83,6 % destes dirigiram-se para o porto de Londres, enquanto Liverpool e Bristol ocupando os segundo e terceiro lugares respectivamente detiveram 6,2 % e 2 % deste comércio. Note-se que 92 % dos barcos saídos deste porto com um carregamento de laranja destinavam-se à Grã-Bretanha³⁸.

A situação de privilégio de que gozava a laranja micaelense no mercado inglês está, assim, patente nos números apresentados³⁹. A sua exportação ascendeu a 366 519 caixas entre 1821 e 1825 o que impede qualquer comparação com a exportação micaelense de limão que no mesmo período apenas se elevou a 16 706 caixas para todos os destinos tendo sido os Estados Unidos o seu principal comprador (Anexo III).

Academia, 1854, p. 24, escreve que «cada caixa de laranja, regulando-se as pequenas a três por duas, tendo cada uma 750 laranjas». É idêntica a opinião dos irmãos BULLAR, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, Trad. João Anglin, Açores, 1949, p. 57. Os escritvães referem-se, por seu turno, a «caixas pequenas de 4 por milheiro» e «caixas pequenas de 5 por milheiro»: B.P.A.P.D., *Fundo Ernesto do Canto*, Livros de registos de saídas de barcos n.º 63, fls. 91 v-93, 95, etc.; L.º 55, fl. 28.

³⁸ Os citrinos em caixa pagavam nas alfândegas britânicas «2 shillings e 6 dinars». Cf. ARDOIN, «Angleterre», in *Dictionnaire Universel du commerce, de la Banque, des manufactures e des marchandises contenant l'état actuel du commerce dans tous les parties du monde...*, Bruxelas, Ed. Lacrosse, 1840, 2 ed.

³⁹ Acerca das medidas a adoptar para evitar a degradação rápida deste fruto, leia-se: Jacinto Victor VIEIRA e André do CANTO, «Laranja», in *Agricultor Micaelense*, Ponta Delgada, 1843, pp. 30-32. Os irmãos BULLAR, *Um Inverno...*, op. cit., p. 57, apresentam os motivos por que a laranja se deteriorava tão facilmente, mesmo antes de ser expedida.

EXPORTAÇÃO DE LARANJA MICAELENSE PARA O ESTRANGEIRO
1821-1825

Unidade : caixa

Portos :	Anos					Total
	1821	1822	1823	1824	1825	
do Reino Unido (1), sendo :	44 730	68 169	56 662	50 499	98 499	318 359
Irlanda	300	659	—	90	—	1 049
Canadá	1 050	650	1 482	300	1 558	5 040
Grã-Bretanha, sendo :	43 380	68 360	55 180	50 109	96 741	312 270
Bristol	2 813	2 902	916	1 354	1 711	9 696
Liverpool	1 399	3 949	2 310	3 014	5 367	16 039
Londres	35 061	57 359	50 668	44 602	88 408	276 298
Plymouth	1 710	1 444	496	274	855	4 779
outros	2 397	1 206	590	865	400	5 458
dos E.U.A. (2)	4 143	5 626	3 960	7 990	6 994	28 713
da Rússia (3)	—	3 785	4 506	2 108	2 146	12 545
Báltico (3)	2 204	—	1 886	782	2 030	6 902
Total : 1+2+3+4	51 077	77 580	67 014	61 379	109 469	366 519

2.2.2. - Pipas vazias

A importação e a exportação de pipas vazias é constantemente registada na alfândega micaelense. Num total de 1 681 pipas exportadas, 1 294 destinaram-se às ilhas dos Açores, ou seja, 76,9 % do total da sua exportação. A totalidade das restantes pipas foram mandadas para o porto da vila da Figueira. As pipas expedidas para o arquipélago foram enviadas para a Graciosa, Terceira e S. Jorge, enquanto o mercado micaelense as recebeu das ilhas de S. Jorge e da Graciosa (1 724 e 1 291, respectivamente).

EXPORTAÇÃO DE PIPAS VAZIAS PARA TODO O TERRITÓRIO NACIONAL — 1821-1825

Destino :	Anos					Total	% Total
	1821	1822	1823	1824	1825		
Açores, sendo :	355	402	412	88	58	1 295	77
Graciosa	155	236	230	48	53	672	40
Terceira	147	120	92	—	—	359	21,3
S. Jorge	83	46	90	40	5	264	15,7
Figueira	—	—	—	—	386	386	23
Total	335	402	412	88	444	1 681	100
% Total	19,9	24	24,5	5,2	26,4	100	—

A análise deste quadro exige-nos algumas reflexões. Em primeiro lugar, entre 1821 e 1825, foram importadas 1 078,5 pipas de vinho da vila da Figueira e, no entanto,

este porto só recebeu 386 pipas vazias vindas de S. Miguel, no mesmo período, (todas no ano de 1825). Em segundo lugar, 98,7 % do vinho entrado no porto micaelense proveniente das outras ilhas do arquipélago veio transportado em pipas (num total de 3 460 140 litros), o que demonstra que as 1 295 pipas vazias exportadas para o arquipélago não eram indispensáveis para a manutenção deste tráfego. Além disso, o quantitativo de pipas exportadas diminuiu anualmente, saindo em 1825 seis vezes menos pipas vazias para as demais ilhas do que em 1821. Dos números apresentados podemos concluir que o intercâmbio de pipas vazias, pelo menos entre S. Miguel e o reino, não era imprescindível. Daí termos deduzido que este tráfego de pipas vazias, levado a cabo ao longo de todo o ano, devia ser da responsabilidade de um reduzido número de comerciantes a retalho e de particulares que enviavam algumas pipas, talvez de sua propriedade, a fim de assegurarem o transporte do vinho desejado. Também podemos supor que o tráfego de pipas vazias era resultado do fabrico local de pipas, uma vez que madeiras próprias para o seu fabrico, e um elevado quantitativo de aduelas eram frequentemente descarregadas no porto de Ponta Delgada. Para além desta hipótese, podemos também considerar a possibilidade de o escrivão da alfândega de Ponta Delgada ter achado natural que a importação de pipas contivesse vinho, tendo negligenciado a referência ao seu conteúdo.

O número de pipas vazias exportadas por S. Miguel, embora tenha aumentado entre 1821 e 1825, foi sempre inferior ao das importadas.

2.2.3. - Produtos transformados

Entre estes produtos mencionam-se principalmente o ferro « em banda » — exportado exclusivamente para as outras ilhas do arquipélago —, e as aduelas — exportadas

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TRANSFORMADOS PARA O TERRITÓRIO NACIONAL
1821-1825

Anos Produto	Anos					Total	Destino em %			Unidade
	1821	1822	1823	1824	1825		Aço- res	Ma- deira	Continente	
Cal	18	75	24	18	20	216	100	—	—	pipas
»	4 140	14 400	23 400	900	—	42 840	100	—	—	Kg
Pregos	14	3	10	—	—	27	63	—	(Faro) 27	Barril
Couro	173	79	664	797	210	1 905	—	—	100	unidade
Aduelas	5 200	7 400	3 000	—	12 569	28 169	55	—	45 (Figueira)	unidade
Forro	19	141	—	—	—	160	100	—	—	«banda»
Linho	111	793	343	2 619	949	4 820	100	—	—	Kg
Linhaça	1 145	—	1 038	917	677	3 777	—	—	100	Kg
Sal	1 440	7 200	—	—	—	8 640	100	—	(Figueira)	Kg
Tabuado	659	2 450	3 036	6 156	1 080	13 381	100	—	—	unidade

para o arquipélago e para o reino. Recorde-se que a ilha de S. Miguel importara dos Estados Unidos e do Canadá um total de 70 000 aduelas, entre 1821 e 1825, sendo parte delas reexportada — 28 169 unidades, ou seja, 55 % desta reexportação destinou-se às ilhas açorianas e 45 % ao porto da vila da Figueira.

De igual modo, 8,6 toneladas das 1 900 toneladas de sal importado do reino foram canalizadas para o arquipélago, depois de terem sido desembarcadas no porto micalense.

Na exportação micalense de produtos transformados ainda se incluem, embora de forma menos representativa, os frutos secos, o arroz, o melaço, os têxteis e a madeira. Quanto às exportações de couro, vinho e óleo de linhaça, cremos que estes bens eram de produção local, pois abundam informações sobre estas actividades artesanais na ilha de S. Miguel ⁴⁰.

3. - CONCLUSÕES

Destacamos a dinâmica interna da economia micalense.

Ao seu porto eram atraídas, anualmente, numerosas embarcações das mais diversas nacionalidades. Os barcos de nacionalidade portuguesa eram, no entanto, os que com maior frequência para aqui se dirigiam.

A situação geográfica da ilha de S. Miguel nas rotas do Atlântico e a diversidade da oferta de produtos constituíram as principais razões desta navegação, para além da necessidade de abastecimento da ilha.

⁴⁰ Carreiro da COSTA, *Esboço ...*, op. cit., pp. 185-214.

É relevante a exportação de citrinos para o Reino Unido e para os Estados Unidos, assim como os quantitativos de milho, fava e feijão canalizados, todos os anos, para a Madeira e o reino. A oferta micaelense de produtos, sendo essencialmente agrícola, contribuía para que a entrada de barcos no seu porto fosse sazonal. Daí afirmarmos que o movimento do seu porto ser consequência imediata do dinamismo da sua economia agrária.

Paralelamente a este comércio de longo curso, o porto de Ponta Delgada conheceu um movimento apreciável de barcos provenientes das demais ilhas do arquipélago. A lista das importações micaelenses foi numerosa e heterogénea mas, salvo raras excepções, como por exemplo o vinho e a argila, os quantitativos de cada um destes produtos nunca foram muito elevados. Este comércio de cabotagem reduzia-se ao provimento das ilhas carentes ou ao escoamento dos excedentes para os mercados de exportação.

O vinho, as encomendas diversas não especificadas — baús, caixas, caixotes — a quinquilharia, a madeira, os bovinos, o peixe seco e salgado e o azeite foram os produtos mais referenciados nos registos de importação.

Os aspectos que caracterizaram este comércio são :

Em primeiro lugar, as exportações micaelenses diziam sempre respeito a produtos agrícolas que conheceram poucas ou nenhuma fase de transformação, enquanto as suas importações recaíam, quase sempre, em produtos transformados.

Em segundo lugar, o transporte dos produtos micaelenses para o exterior da área açoriana era uma actividade que não pertencia, salvo raras excepções, aos ilhéus. Eram os barcos estrangeiros que canalizavam a laranja para os mercados internacionais, eram os barcos nacionais que conduziam os cereais e leguminosas para o reino. Apenas parecia pertencer aos açorianos a navegação de cabotagem entre as diversas ilhas. A periodicidade dos pequenos

barcos, que vinham ora de uma ora de outra ilha, era bastante elevada. Esta navegação embora perigosa, pela precaridade das embarcações e pela falta constante de portos de abrigo seguros nas diversas ilhas, era realizada ao longo de todo o ano, sendo frequente o mesmo capitão, no mesmo barco, escalar o porto de Ponta Delgada mais de uma vez por mês.

O tipo de culturas em todas as ilhas, sendo idêntico, não elimina os indícios de uma procura de especialização por cada uma delas. Santa Maria, por exemplo, revelava a sua especificidade no facto de ser a única ilha a exportar barro para S. Miguel e as ilhas do grupo central parecem monopolizar sozinhas a exportação de vinho e de gado bovino.

Em último lugar, os consignatários dos barcos estrangeiros que escalavam este porto, a fim de carregar laranja, eram quase todos estrangeiros, o que nos leva a pensar que, se esses comerciantes não controlavam a produção regional de laranja, monopolizavam os circuitos da sua distribuição.

A ilha de S. Miguel dedicava grande parte da sua superfície de terra cultivada às culturas de exportação, mas os lucros dessa actividade devem ter sido distribuídos por um número restrito de famílias, sempre mais interessadas em hábitos de consumo de tipo ostentatório do que no desenvolvimento económico da comunidade micaelense.

A ausência de investimento produtivo em sectores vitais para o desenvolvimento económico da ilha, por exemplo, indústria de curtumes e linho, construção naval, contribuíram a longo prazo para a fragilidade económica da ilha. O privilegiar de certas culturas em detrimento de outras, a fim de responder ao crescimento da procura internacional, veio agravar a sua dependência e, a longo prazo, impedir a rotura do ciclo vicioso da dependência externa.

No entanto, teriam, os micaelenses outras alternativas?
 A sua integração no comércio internacional entre as diferentes alternativas possíveis não terá sido, a única desejável?

ANEXO I:

CONVERSÃO DAS MEDIDAS ANTIGAS AO SISTEMA MÉTRICO

1 — MEDIDAS DE CAPACIDADE

AÇORES		PORTUGAL	
<i>Medidas antigas</i>	<i>Sist. decimal</i>	<i>Medidas antigas</i>	<i>Sist. decimal</i>
tonel		50 almudes	900 l.
pipa (20 almudes = = 240 canadas)	564 l.	20-25 almudes	350 l. 300 l.
barril	50 l.		
casco			
barrica			
moio (60 alqueires)		20 almudes	360 l.
almude (12 canadas)	28,2 l.	12 canadas	13-14 l.
alqueire	15,065 l.	12 canadas	13-14 l.
quarto	90 l.	1/4 moio, 1/2 pipa	90 l.
canada	2,35 l.	4 quartilhos=1/12 al.	1,5 l.
quartilho	0,5 l.	1/4 canada=48 al.	0,375 l.
saco (6 alqueires)	90 l.		
fangas		4 alqueires	
quartola		1/4 tonel	
cântaro		12 canadas	16,8 l.
garrafão			

2 — MEDIDAS LINEARES

AÇORES		PORTUGAL	
<i>Medidas antigas</i>	<i>Sist. decimal</i>	<i>Medidas antigas</i>	<i>Sist. decimal</i>
pé		12 polegadas	0,30 m
palmo	22 cm	8,5 polegadas	0,20 m
polegada	2,75 cm		0,0254 m
peça		35 a 80 côvados	24,5-56 m
vara	1,10 m (tissus)	5 palmos=0,5 bra- ças+1 polegada	1,10 m
côvado (3 palmos)	0,66 m	3,5 palmos	0,70 m

3 — PESOS

AÇORES		PORTUGAL	
<i>Medidas antigas</i>	<i>Sist. decimal</i>	<i>Meds. antigas</i>	<i>Sist. decimal</i>
milheiro		1.000 moios	1.000 T
carro	220 Kg	20 arrobas	220 Kg
quarto		1/4 moio	200 Kg
alqueire	12,832 a 16,25 l.	4 quartas	14 a 18 Kg
almude			
arroba	14,688 Kg	32 arráteis	11/14 Kg
quarta		1/4 alqueire	4,5 a 3,5 Kg
pedra (12 libras)	5,5 Kg	8 arráteis	2,72 Kg
libra	490 gr	12-16 onças	0,326-0,489 Kg
arrátel (16 onças)	459 gr	12 1/2 onças	0,340 Kg/459 gr
quintal (128 arráteis)	58,752 Kg	4 arrobas	
moio (60 alqueires)			
saco	50 Kg		

Esta conversão das medidas antigas ao sistema métrico decimal foi feita com base nos seguintes dados :

MARQUES, A. H. de Oliveira, « Pesos e Medidas », in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979.

SILVANO, A. Pereira, « Das medidas antigas dos Açores », in *Boletim da Comissão Reguladora dos cereais do Arquipélago dos Açores*, ano 1947, vol. 6.º, pp. 71-73.

« Systema métrico na agricultura e no comércio no Reinado de D. Sebastião », in *Revista Micaelense*, ano 2, n.º 1, Fev., 1919.

ANEXO II :

EXPORTAÇÃO DE MILHO MICAELENSE PARA O ARQUIPELAGO
1821-1825

Unidade : Kg

Destino	Anos					Total
	1821	1822	1823	1824	1825	
Faial	144 180	35 238	11 520	362	—	191 300
Pico	22 320	—	1 080	—	—	23 400
Santa Maria	4 661	720	1 080	5 580	720	12 761
Terceira	3 600	—	—	—	—	3 600
S. Jorge	9 360	—	—	—	—	9 360
Total	184 121	35 958	13 680	5 942	720	240 421

ANEXO III:

EXPORTAÇÃO DE LIMÃO
1821-1825

Destino	Anos					Em percentagem						
	1821	1822	1823	1824	1825	Total	1821	1822	1823	1824	1825	Total
Reino Unido (1), sendo :	1 187	1 127	700	994	592	4 600	22	36,9	19	30,6	44,3	27,5
Canadá	980	350	630	290	223	2 473						
Irlanda	13	—	—	—	—	13						
G.B.	194	777	70	704	369	2 114						
E.U.A. (2)	3 756	835	2 196	2 066	378	9 231	69,6	27,3	59,5	64,1	28,2	55,3
Rússia (3)	—	1 091	452	—	80	1 626	—	35,8	12,2	—	6	9,7
Báltico (4)	456	—	342	164	287	1 249	8,4	—	9,3	5,1	21,5	7,5
Total: 1+2+3+4	5 399	3 056	3 690	3 224	1 337	16 706	52,3	18,3	22	19,3	8	100

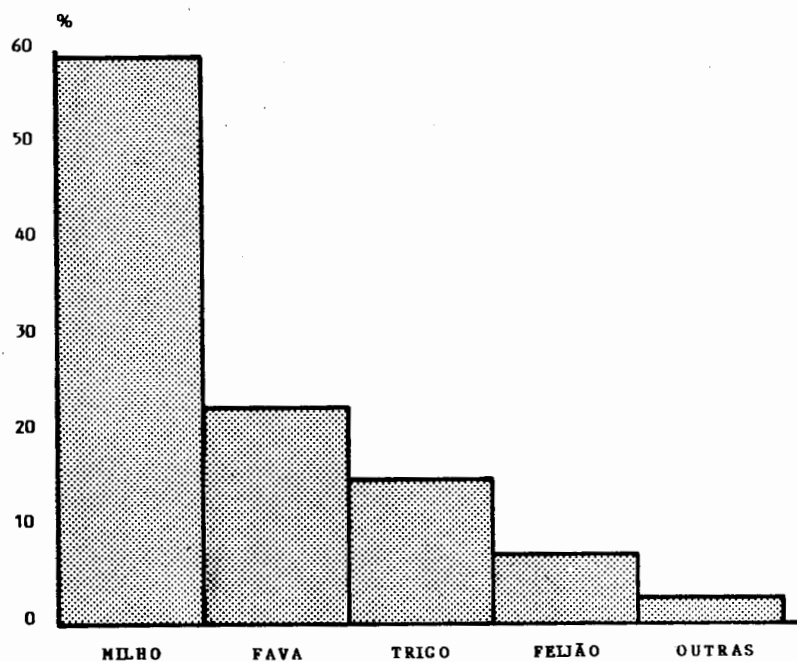
FATIMA SEQUEIRA DIAS

EXPORTAÇÃO DE LIMÃO
1821-1825

Anos	1821	1822	1823	1824	1825	Total
	N.º de barcos	26	15	14	14	13
N.º de caixas	5 399	3 056	3 690	3 224	1 337	16 706

ANEXO IV:

EXPORTAÇÕES MICAELENSES PARA O TERRITÓRIO NACIONAL
1821-1825



ANEXO V:

IMPORTAÇÕES MICAELENSES POR ÁREA GEOGRÁFICA *
1821-1825

IMPORTAÇÕES DO TERRITÓRIO NACIONAL

Unidade : Kg

Produtos	Anos					Total	Origem		
	1821	1822	1823	1824	1825		Açores	Reino	Medida antiga
Trigo	26 400	129 600	66 800	103 600	12 000	338 400	100		Moio
Figos secos	2 938	5 992	7 638		5 611	22 179		100	(a)
Sal	878 400	104 000	148 800	252 800	516 000	1 900 000		100	Moio
Argila	1 408 000	1 071 200	1 751 200	1 077 120	1 139 600	6 447 100	100		
Cevada		400	24 000	26 400	14 400	65 200	100		Moio
Murta	400	350		450	165	1 365	10		Saco (a)
Breu	100	500	800	850		2 250		100	Barril (a)
Arroz	3 825	150		1 000	3 300	8 275		100	Saco Quintal

* Incluímos apenas os quadros que não fazem parte do texto.

IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DO TERRITÓRIO NACIONAL Unidade : Variável

Produtos	Anos						Total	Origem			
	1821	1822	1823	1824	1825	Açores		Reino	Madeira	Unidade	
Bovinos	18	77	122	450	926	1 593	100			Unid.	
Azeite	21 197	9 936	12 076	10 284	14 750	68 243		100		Unid.	
Couros		4	1 000			1 004	100			L	
Argila	17	21,5	15	19,5	18	91	100			Barco	
Boana	7 237	2 974,5	19 501,5	12 749	12 254	54 716		100		Dúzia	
Óleo de Peixe	20					20			100	Barril	
Madeira de cedro	460	200	300	200		1 160	100			Unid.	
Açúcar	54	18,5	20	15	9	116,5	100			Caixa	
Tabuado	1 892,5	4 478,5	3 709	4 343,5	3 229,5	17 653		100		Dúzia	

IMPORTAÇÕES DO ESTRANGEIRO

Anos Produtos	Chapéus		Farinha (Kg)	Breu (Kg)	Carvão de pedra (tonel)	Madeira (1000 pés)	Aduelas (1000)	Pregos (barril)	Velas (ex)
	ex	quarto							
1821	22	30	1 300	1 500	12	235,5	35,2	483	20
1822	16	3	—	500	—	321	11,62	382	1
1823	9	—	8 750	3 600	—	1 365	9	171	22
1824	6	2	50	500	8,5	407,3	7	99	36
1825	5	—	3 000	150	8	497,9	13,2	163	20
Total	58	35	13 100	6 250	28,5	2 826,7	76	1 298	99
Proveniência	G.B.	G.B.	E.U.A. G.B. Canadá	Canadá E.U.A.	G.B.	Canadá E.U.A.	Canadá E.U.A.	E.U.A. G.B.	E.U.A. G.B.

ANEXO VI:

IMPORTAÇÕES DOS E.U.A.

Produtos	Anos							Total	Unidade
	1821	1822	1823	1824	1825				
Aduelas	35,2	11,62	9	7	13,2		73,02	1 000	
Breu	30	10	72	10	66		125	barril	
Pregos	19	19	68	—	3		172	barril	
Velas	20	1	22	—	—		43	caixa	
Velas	—	—	—	6	18		24	barril	
Óleo de peixe	94	69	6	199	264		632	barril	
Pinho	58	—	80	110	110		358	1 000 pés	
Peixe	32	—	1	0,5	—		33,5	barril	
Arenque fumado	—	50	—	—	—		50	caixa	

IMPORTAÇÕES DO REINO UNIDO

Produtos	Anos										Total	Unidade
	1821	1822	1823	1824	1825							
Bacalhau	17 100	10 000	—	2 400	7 075						36 575	Kg
Arenque	5 000	350	4 000	4 000	—						13 350	Kg
Óleo de peixe	16 285	600	4 050	700	—						21 635	litro
Chapéus	22	16	9	6	5						58	caixa
Chapéus	30	3	—	2	—						35	quarto
Farinha	1 000	—	5 250	50	3 000						9 300	Kg
Carvão de pedra	12	—	—	8,5	8						28,5	tonel
Pregos	452	179	103	89	97						920	barril
Pregos	34	2	5	—	10						51	saco